

É esta justificativa do Projeto de Lei Ordinária que apresento a Vossas Excelências, esperando a compreensão de todos e confiando na aprovação da proposta.

Desembargador Ricardo Paes Barreto
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 14, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024.

Institui, no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE), a Plataforma Microsoft Teams como ferramenta oficial de videoconferência, em substituição ao Cisco Webex.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**, **Desembargador RICARDO PAES BARRETO**, e o **CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**, **Desembargador FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**, em face de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a [Resolução CNJ nº 215, de 16 de dezembro de 2015](#), dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO as diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário estabelecidas na [Resolução CNJ nº 465, de 22 de junho de 2022](#);

CONSIDERANDO a Resolução TJPE nº 489, de 24 de abril de 2023, que disciplina o teletrabalho de servidores(as) e magistrados(as) e a realização das audiências e sessões de julgamento telepresenciais ou por videoconferência;

CONSIDERANDO que a Portaria TJPE nº 16, de 19 de abril de 2023, determinou a transmissão ao vivo das sessões de julgamento realizadas no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE);

CONSIDERANDO que a plataforma Cisco Webex foi adotada, no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco (PJPE), de forma gratuita e emergencial, durante a pandemia da Covid – 19, em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o CNJ e a Cisco do Brasil, sendo, após o término da gratuidade, contratada pelo TJPE;

CONSIDERANDO que o contrato firmado pelo TJPE para utilização da Plataforma Cisco Webex tem sua vigência prevista até maio de 2025;

CONSIDERANDO que a família de aplicativos Microsoft 365, contratada pelo TJPE para disponibilizar ferramentas de colaboração e produtividade, como e-mail (Outlook), armazenamento de arquivos (OneDrive), editor de texto (Word) e planilha eletrônica (Excel), inclui também a plataforma Microsoft Teams, que oferece a funcionalidade de videoconferência;

CONSIDERANDO que as demandas do PJPE, relacionadas a audiências, sessões de julgamento, balcão virtual, reuniões administrativas e outras atividades, podem ser adequadamente atendidas pela plataforma Microsoft Teams;

CONSIDERANDO que, à luz do princípio da economicidade, a manutenção da plataforma Cisco Webex justifica-se apenas até o prazo final da vigência do contrato, em maio de 2025, diante da necessidade de transição entre as plataformas,

RESOLVEM :

Art. 1º Instituir, no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco – PJPE, a Plataforma Microsoft Teams como ferramenta oficial de videoconferência, em substituição à plataforma Cisco Webex.

Art. 2º A partir de 7 de abril de 2025, as audiências, sessões de julgamento e reuniões administrativas por videoconferência serão realizadas exclusivamente por meio da plataforma Microsoft Teams.

Parágrafo único. Caso existam audiências, sessões de julgamento e reuniões administrativas por videoconferência já agendadas em outras plataformas para datas posteriores à indicada no *caput*, as unidades responsáveis pelos agendamentos deverão:

I - realizar novo agendamento, para as mesmas datas e horários, na plataforma Microsoft Teams;

II - intimar as partes, advogados(as) e demais participantes acerca dos novos links de acesso às salas de videoconferência.

Art. 3º Após a realização de videoconferências por meio da plataforma Microsoft Teams, as gravações correspondentes deverão ser inseridas, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos:

I - no Sistema de Audiência Digital, acessível pelo link <www.tjpe.jus.br/audiencias>, para gravações de audiências, nos termos do art. 35, IV, da Resolução TJPE nº 489, de 24 de abril de 2023;

II - na página do Youtube “Sessões TJPE”, disponível em <www.youtube.com/c/SessõesTJPE>, no caso de sessões de julgamento, conforme a Portaria TJPE nº 16, de 19 de abril de 2023;

III - na área de armazenamento da nuvem institucional, por meio do OneDrive do TJPE, para outras videoconferências.

§ 1º As gravações realizadas no Microsoft Teams serão armazenadas na nuvem da plataforma por 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de sua realização, tornando-se indisponíveis após o término desse prazo.

§ 2º Até 7 de maio de 2025, as unidades judiciárias e administrativas deverão transferir, na forma indicada no *caput* deste artigo, os vídeos de audiências, sessões de julgamento ou outras videoconferências que estejam armazenados apenas na nuvem da plataforma Cisco Webex (<https://tjpe.webex.com>).

Art. 4º Ato da Presidência definirá a data a partir da qual as contas do Balcão Virtual serão migradas para a plataforma Microsoft Teams.

Art. 5º No dia 9 de maio de 2025, as contas Cisco Webex do TJPE serão definitivamente inativadas, e todos os vídeos armazenados na nuvem da plataforma (<https://tjpe.webex.com>) ficarão indisponíveis.

Art. 6º Na realização de audiências, sessões de julgamento e reuniões administrativas por videoconferência, magistrados(as) e servidores(as) do PJPE observarão o disposto na [Resolução CNJ nº 465, de 22 de junho de 2022](#), e na Resolução TJPE nº 489, de 24 de abril de 2023.

Art. 7º A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC deverá disponibilizar manuais, informativos e vídeos com instruções de utilização da plataforma Microsoft Teams no endereço eletrônico <www.tjpe.jus.br/teams> e na área de videoconferência da página <www.tjpe.jus.br/ajuda>.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do TJPE.

Art. 9º Esta Instrução Normativa Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Des. Francisco Bandeira de Mello

Corregedor-Geral da Justiça

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EXAROU NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI, NA DATA DE 21/11/2024, OS SEGUINTE DESPACHOS:

Requerimento – (Processo SEI nº 00043599-33.2024.8.17.8017) – **Exmo. Des. Alberto Nogueira Virgínio** – Ref. Férias: “Defiro nos termos do pedido. Registre-se.”

Requerimento – (Processo SEI nº 00042963-17.2024.8.17.8017) – **Exma. Dra. Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira** – Ref. Férias/Conversão: “Defiro. Registre-se.”

Ofício nº 04/24 – (Processo SEI nº 00042750-94.2024.8.17.8017) – **Exma. Dra. Luciana Marinho Pereira de Carvalho** – Ref. Férias/Conversão: “Defiro nos termos do pedido. Registre-se.”

Requerimento – (Processo SEI nº 00034244-49.2024.8.17.8017) – **Exmo. Dr. José Faustino Macedo de Souza Ferreira** – Ref. Férias: “Trata-se de mudança de termo inicial. Defiro nos termos do pedido. Registre-se.”

Recife, 21 de novembro de 2024

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

DESPACHOS

O Exmo. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça exarou, em 21/11/2024, os seguintes despachos:

Requerimento – BRUNA PONTUAL CERQUEIRA – Ref. Desistência de Posse para o cargo, efetivo, de Técnico Judiciário/Função Judiciária, Referência TPJ (Polo 01/Recife) . Ciente”.

Requerimento – MARCELO BARROS FALCAO DA PAIXAO – Ref. Desistência de Posse para o cargo, efetivo, de Analista Judiciário/Função Judiciária, Referência APJ (Polo 01/Recife) . Ciente”.